

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL-
(PLAGEDER)**

Elisabeth Eccel Dornelles

**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FIGUEIRINHAS,
BALNEÁRIO PINHAL - RS**

Balneário Pinhal

2011

Elisabeth Eccel Dornelles

**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FIGUEIRINHAS,
BALNEÁRIO PINHAL - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gabriela Coelho de Souza

Coorientadora: Tutora Monique Medeiros

Balneário Pinhal

2011

Elisabeth Eccel Dornelles

**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FIGUEIRINHAS,
BALNEÁRIO PINHA - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Balneário Pinhal, 14 de junho de 2011.

Prof. Dr. Gabriela Coelho de Souza - Orientador
UFRGS

Prof. Msc. Andressa Ramos Teixeira
UFRGS

Profa. Dra. Marlise Dal Forno
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Para me lançar neste vôo que foi escrever esta monografia, me senti abraçada por muitos anjos. Sendo assim não poderia deixar de agradecê-los:

À Professora Gabriela e à Tutora Monique, que participaram na construção de cada etapa desta pesquisa, me orientando de forma que eu pudesse dar o melhor de mim.

A todos os professores e tutores do Plageder, que fizeram parte do processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

A toda comunidade de Figueirinhas, que sempre me acolheu e colaborou para esta pesquisa.

E a todos que, de certa forma, também ajudaram a elaborar este trabalho.

Obrigada!

**Somos anjos de uma asa só, precisamos abraçar o outro
para voar. (Mário Quintana)¹.**

¹ Extraído de: <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/quintana/pensamentos.htm>. Em maio de 2010.

RESUMO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul, localiza-se na Planície Costeira sendo caracterizado por um ecossistema diverso, com campos de dunas, banhados e, a sequência de lagoas paralela à linha oceânica pertencentes ao cordão de lagoas costeiras do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. É neste cenário, entre as Lagoas Rondinha e Cerquinha, no município de Balneário Pinhal, que se situa o bairro Pontal das Figueiras ou Figueirinhas, como é conhecido popularmente, o local do recorte empírico desta pesquisa de Conclusão de Curso. Na época de sua ocupação e urbanização, influenciada pelos movimentos desenvolvimentistas, as questões ambientais não faziam parte dos projetos urbanísticos das cidades que se formavam à beira mar para fins de veraneio. De certa forma esta comunidade foi se expandindo desordenadamente e dependente da infra-estrutura do município sede. Por se tratar de uma área de preservação permanente, a pesquisa procurou investigar a relação entre a trajetória de formação de um balneário localizado em ecossistema litorâneo e as potencialidades e limitações vinculadas à conservação ambiental. Para tanto, esta investigação conta com o seguinte objetivo geral: compreender as potencialidades e limitações da conservação ambiental no processo de formação de um balneário em ecossistemas litorâneos, e com os seguintes objetivos específicos: identificar na legislação ambiental as leis em nível federal, estadual e municipal que protegem os ecossistemas litorâneos e analisar a percepção da comunidade sobre as potencialidades e limitações da conservação dos ecossistemas litorâneos e sua relação com as diretrizes da legislação ambiental. A fim de atender a tais objetivos, a metodologia utilizada na pesquisa foi de caráter essencialmente qualitativo, envolvendo a análise de documentos e a realização de entrevistas com diferentes atores sociais. Com a obtenção das respostas às questões apontadas, foi possível observar que são muitas as leis ambientais que normatizam o bairro e o seu cumprimento é uma forma de proteger o seu ecossistema. E ainda, foi possibilitado constatar que a comunidade tem consciência de seu importante papel para o melhor aproveitamento de suas potencialidades, bem como as limitações do uso de seus recursos naturais.

Palavras-chave: comunidade; sustentabilidade; desenvolvimento local; ecossistemas litorâneos.

ABSTRACT

The North Coast of Rio Grande do Sul, located in the Coastal Plain is characterized by a diverse ecosystem, with dune fields, marshes and lagoons of the sequence parallel to the ocean belong to the string of coastal lagoons of the North Coast of Rio Grande do Sul. In this scenery, between the lagoons Rondinha and Cerquinha municipality of Balneario Pinhal, where is located the neighborhood or Pontal das Figueiras or Figueirinhas, as it is popularly known, the location of this empirical cut research of Course Completion. At the time of its occupation and urbanization, influenced by developmental movements, environmental issues were not part of the urban projects of the cities that were being formed by the sea for summer. In a way this community was expanding wildly and depending infrastructure of the municipality seat. Because it is a permanent preservation area, the research sought to investigate the relationship between the path of the formation of a strand located in the coastal ecosystem and the potential and limitations related to environmental conservation. Therefore, this research has the following overall goal; to understand the strengths and limitations of environmental conservation in the process of formation of a strand in coastal ecosystems, and the following specific objectives; to identify environmental legislation in the law in federal, state and municipal level that protect coastal ecosystems and analyze community perceptions about the strengths and limitations of conservation of coastal ecosystems and its relation to the guidelines of environmental legislation. In order to meet these objectives, the methodology used in the research was essentially qualitative in nature, involving the analysis of documents and interviews with different social influencers. After obtaining the answers to the raised issues, it was observed that there are many environmental laws that regulate the neighborhood and compliance consequently protecting its ecosystem. Besides, it was possible to see that the community is aware of its important role for better utilization of their potentials as well as limitations of using its natural resources.

Keywords: community, sustainability, local development, coastal ecosystems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Mapa com recorte da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul	21
FIGURA 2: Imagem de satélite de Balneário Pinhal	22
FIGURA 3: Imagem de satélite de Balneário Pinhal	23
FIGURA 4: Dunas próximas as margens da Lagoa Rondinha	31
FIGURA 5: Trapiche na Lagoa Rondinha	32
FIGURA 6: Cercas nas margens da Lagoa da Cerquinha	40
FIGURA 7: Cercas nas margens da Lagoa da Cerquinha	41
FIGURA 8: Cercas nas margens da Lagoa da Cerquinha	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	
2.1. O desenvolvimento puramente econômico e suas limitações	12
2.2. Sustentabilidade	14
2.3 Desenvolvimento local	16
3. REALIDADE LOCAL	
3.1. Apresentação da Região do Litoral Norte do Rio Grande do sul.....	20
3.2. Apresentação do Município de Balneário Pinhal.....	21
3.3. Descrição física do ecossistema do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.....	24
3.4. Ocupação e urbanização do litoral Norte e do Município de Balneário Pinhal.....	24
3.5. Perfil socioeconômico dos moradores do Bairro Figueirinhas.....	28
3.6. Histórico da Associação do Bairro Figueirinhas.....	29
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	35
5. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	
5.1. A Legislação Ambiental e suas aplicações no Bairro Figueirinhas	37
5.2. Potencialidades e limitações do ecossistema do Bairro Figueirinhas	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com representantes da Comunidade Figueirinhas, Balneário Pinhal RS.....	50
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com representantes da Administração Municipal de Balneário Pinhal – RS	51
APÊNDICE C – Modelo do Termo de Consentimento	52

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar este trabalho e adentrar nesse universo da formação acadêmica, me foi possibilitado refletir, pensar e problematizar uma série de questões ligadas ao conjunto de relações sociais existentes em Balneário Pinhal. O olhar de moradora foi acrescido de um olhar mais crítico e mais atento para a realidade do local, o que possibilitou perceber a minha vontade de participar e contribuir efetivamente para o planejamento de práticas sustentáveis para o desenvolvimento do município em que escolhi para viver.

Moradora da região desde 1986 acompanhei a evolução do município, assim como do bairro Pontal das Figueiras, popularmente conhecido como “Figueirinhas”, objeto de pesquisa desta investigação. O Bairro Figueirinhas localiza-se em Balneário Pinhal município da Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, situado na entrada do município, pela RS 040, entre as Lagoas da Rondinha e Cerquinha, distante dois quilômetros da sede do município.

No ano de 2002, iniciei meu trabalho como professora nas oficinas pedagógicas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonio Francisco Nunes. Por se tratar de uma escola que atende crianças portadoras de necessidades especiais (síndromes, déficit de atenção e hiperatividade) costumava-se fazer com os alunos, caminhadas pelo bairro, como uma forma diferenciada de ensino-aprendizagem e, também, como outro modo de socialização. Estas caminhadas me trouxeram o encantamento e o conhecimento das belezas naturais do bairro, bem como, observar com mais acuidade as questões ambientais e as relações dos moradores com o ecossistema característico da localidade. Foi, portanto, através do trabalho na escola que tive contato com a comunidade e a sua realidade.

O bairro Figueirinha está localizado entre duas lagoas, porém seus moradores não têm a pesca como principal fonte de renda, essa atividade é praticada, por parte dos moradores, como forma de lazer, consumo familiar, e em alguns casos, comercialização de pequenas quantidades como complementação da renda. Isto está ligado à forma de ocupação da localidade que se deu em função da urbanização da orla marítima do Município Sede, e não pelos atrativos da pesca, já que a região é cercada de lagoas. Entre seus primeiros moradores, somente um era pescador, e este deixou este legado a seus filhos que ainda hoje residem no bairro.

Os moradores mais antigos contam que o lugar, entre as lagoas, chamava a atenção, pelo capão de mata nativa com muitas figueiras (que deram origem ao nome da localidade), pitangueiras, araçás entre outras espécies e também por abrigar muitos animais silvestres. Ainda hoje é possível observar esta paisagem única no município o que fez com que eu, sempre que possível, relacionasse meu interesse em saber um pouco mais sobre o Bairro Figueirinhas com os estudos e pesquisas desenvolvidos durante o Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além das questões de interesse acadêmico, vale ressaltar que por conta de questões também profissionais, fortaleci minha relação com a comunidade de Figueirinhas através da participação nas reuniões da Associação de Moradores acompanhando ou representando o Vereador ao qual presto assessoria parlamentar na Câmara Municipal. Esta experiência permitiu aproximar o conhecimento científico obtido, principalmente, durante o curso de graduação, ao meu conhecimento empírico, aprofundado a cada dia pelo contato com as questões sociais e ambientais do local.

O interesse em particular, pelas questões ambientais surgiu na adolescência, quando alguns movimentos da época defendiam formas alternativas de vida, em contra ponto, ao modelo econômico capitalista desenvolvimentista que se vê até os dias atuais. A escolha por morar no litoral, ficando mais próxima da natureza, oportunizou que acompanhasse ao longo dos anos, o processo de expansão do município.

A proximidade com a comunidade de Figueirinhas e a oportunidade de ingressar no curso PLAGEDER me deu subsídios para que pudesse compreender mais as questões ambientais do município, levando-me a escolha do tema desta pesquisa que se refere à conservação do ecossistema de Figueirinhas para a sustentabilidade e desenvolvimento local.

Refletindo sobre o tema, percebi as questões ambientais do município sob dois ângulos: primeiro, fazendo parte desta realidade, como moradora e profissional atuante na Câmara Municipal, por outro, como estudante e pesquisadora, trazendo o ponto de vista teórico aperfeiçoado na academia para a análise do tema.

Essa percepção das questões ambientais fez-me indagar sobre como se poderá, nos dias atuais, conservar-se as riquezas naturais de forma a perpetuá-las para as próximas gerações, e concomitantemente estar se desenvolvendo sob aspectos sociais e econômicos?

De que forma se poderão somar forças com esta comunidade? De que forma se poderá contribuir com a administração pública nas questões ambientais deste bairro?

Para responder a estes questionamentos este trabalho tem como objetivo geral compreender as potencialidades e limitações da conservação ambiental no processo de formação de um balneário em ecossistemas litorâneos, e como objetivos específicos identificar na legislação ambiental as leis em nível federal, estadual e municipal que protegem os ecossistemas litorâneos e analisar a percepção da comunidade sobre as potencialidades e limitações da conservação dos ecossistemas litorâneos e sua relação com as diretrizes da legislação ambiental.

Tais questões ao serem organizadas fizeram com que esta investigação fosse estruturada de maneira à inter-relacionar conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento local, com o empírico analisado. Esse trabalho que se baseia em compreender a conservação ambiental no processo de formação de um balneário em ecossistemas litorâneos, abrangendo as relações entre a comunidade de Figueirinhas e o Poder Público Municipais, que se estabelecem com o objetivo de caminhar em direção ao desenvolvimento local da comunidade, de forma sustentável, possui em sua constituição seis capítulos.

Apresento no capítulo 2 os conceitos norteadores desta pesquisa, o problema de pesquisa. Já no capítulo 3 trago sobre a Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o Município de Balneário Pinhal localização e principais aspectos econômicos. Apresenta-se também neste capítulo as principais características físicas do ecossistema litorâneo do Litoral Norte do Rio Grande Do Sul, a ocupação e a urbanização da Região do litoral Norte e do Município de Balneário Pinhal, o perfil socioeconômico dos moradores do Bairro Figueirinhas, o histórico da Associação de Moradores de Figueirinhas.

Na sequencia, no capítulo 4 é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. No capítulo 5 procura-se as respostas para os questionamentos que conduziram este trabalho, a legislação ambiental que regulamenta as questões ambientais do Bairro Figueirinhas; como os atores sociais envolvidos estão se articulando, como movimento social, assim como poder público, para adequar o desenvolvimento local e a conservação de seu ecossistema. E por fim, no sexto capítulo são apresentadas as considerações finais desta investigação.

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo traz a problematização do tema de pesquisa o qual se refere à conservação do ecossistema litorâneo para o desenvolvimento local da comunidade do Bairro Pontal das Figueira/Figueirinhas. Nele procura-se evidenciar o debate atual sobre o tema, assim como, conceitos e autores relacionados ao mesmo.

2.1. O desenvolvimento puramente econômico e suas limitações

A região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul se destacou nas últimas décadas pelo crescimento demográfico, o qual alcançou valores como 2,84%, um índice acima do restante do Estado que teve 1,23%. Balneário Pinhal, onde fica a localidade de Figueirinhas, obteve índice de destaque como o município que teve o maior crescimento demográfico nos últimos anos, com percentual de 7,58% (ATLAS Socioeconômica do RS, 2010). Vale ressaltar que inter-relacionadas ao crescimento populacional de Balneário Pinhal, estão às ocupações desordenadas e irregulares que vem acontecendo no município e também no bairro de Figueirinhas.

O período histórico de urbanização do litoral Norte foi marcado pelos ideais da modernização da década de 1950, tendo o desenvolvimento econômico como uma meta a perseguir, desconsiderando seus aspectos sociais e ambientais. Neste período também são feitos investimentos federais e estaduais para melhorar os acessos ao litoral expandindo e fomentando a vocação para o turismo sazonal da região que oferece o mar e as lagoas como atrativos nos meses de verão.

Entretanto, esse movimento de modernização e industrialização do período pós-guerra, que trouxe conceitos de desenvolvimento, baseados nos avanços técnico-científicos aplicados uniformemente em muitos os países, incluindo o Brasil, não levaram em consideração suas peculiaridades e, em consequência, adotaram tecnologias impostas pelo modelo econômico capitalista. As teorias desenvolvimentistas baseadas no paradigma humanista ocidental, cujo desenvolvimento socioeconômico estabelecidos pelos avanços da ciência e tecnologia remete à ideia de progresso e crescimento, na realidade não se mostraram eficientes em face às crises ambientais, sociais e econômica do final do século XIX e início do século XX (ALMEIDA, 1997).

Por muito tempo o homem acreditou que era absoluto, que poderia controlar tudo que está a sua volta, inclusive a natureza, subestimando a força da natureza e todas as formas de vida do planeta. A resposta para esse sub-julgamento a natureza está nos dando quando se manifesta em fenômenos climáticos que mostram o quanto somos limitados e dependentes de um convívio harmônico em todo o planeta para que o homem possa se perpetuar (DAL SOGLIO, 2008).

Na corrida pelo crescimento econômico o homem abusou dos aditivos químicos, desviou leitos de rio, desmatou, modificou a genética de plantas, entre tantas outras agressões a natureza que é difícil de enumerar, sem levar em consideração todo o contexto ambiental onde a sociedade está inserida. Pensando na mudança desta realidade iniciou-se um movimento global que colocou face a face, diferentes áreas do conhecimento e inevitavelmente distintos posicionamentos políticos trazendo para o debate o desenvolvimento e a sustentabilidade (DAL SOGLIO, 2008) e ainda acreditando que a co-evolução é um dos meios para se estabelecer mais harmoniosamente a relação entre a sociedade e a natureza.

Através destes pontos de vista, que o Relatório de Brundtland, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em 1987, resultado de muitos debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente, que tiveram início nas décadas de 1960 e ganharam força na década 1970. O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade entram na pauta da grande discussão mundial na Conferência de Estocolmo (GADOTTI, 2002).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1980 publicou um documento com o título de “Uma estratégia mundial para a conservação” confirmando a visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados. Em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) ou Comissão de Brundtland, recomenda a criação de uma nova declaração universal de proteção do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland, com o título de “Nosso futuro comum” declara que os padrões de produção e de consumo adotados pela maioria da população mundial eram incompatíveis com o desenvolvimento sustentável. É neste documento que o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (GADOTTI, 2002).

Porém, foi em 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, que reuniu 175 países e 102 chefes de estado e governantes, o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, a ECO-92 ou RIO-92 que se estabeleceu um marco para as questões globais de desenvolvimento sustentável econômico, social e ambiental de todo o planeta. Sendo discutidos neste os mais variados temas de interesse e como resultado, a elaboração da Agenda 21, que propõe um novo modelo de desenvolvimento (GADOTTI, 2002).

Paralelo a ECO-92, acontecia o Fórum Global Mundial 92, promovido pela Sociedade Civil com a participação de Organizações Não Governamentais de todo o mundo. Neste Fórum foi criada a primeira minuta da “Carta da Terra”, que dá o suporte ético aos novos modelos de desenvolvimento. No centro dessa discussão está o equilíbrio entre o desenvolvimento humano e meio ambiente, o respeito aos recursos naturais e aos ecossistemas, uma melhor distribuição de renda (erradicação da pobreza), equilíbrio demográfico e igualdade social e étnica. Deste modo o desenvolvimento sustentável prevê a melhora na qualidade de vida das comunidades nos aspectos econômicos, sociais e ambientais (GADOTTI, 2002).

2.2. Sustentabilidade

O termo sustentabilidade tem sua origem no século XIX relacionado a técnicas de agricultura e trazido por movimentos moderno ecologistas na década de 1980 (RUSCHEISKY, 2004). A definição conceitual de sustentabilidade é um processo ainda em construção e está relacionado ao tempo e local dando flexibilidade a sua aplicação (GUIVANT, 2002).

O adjetivo sustentável pode ser usado para qualificar uma infinidade de coisas como processos, comportamentos, estratégias, energias e tantos outros substantivos que possam ser qualificados de sustentáveis. Porém a noção de sustentabilidade é mais complexa, a falta de conceito preciso de sustentabilidade revela a sua multiplicidade, tornando-se desnecessária a sua definição, com tudo exigindo coerência e bom senso na prática, transformando o discurso em realidade (RATTNER, 1999).

A expressão sustentabilidade exprime a necessidade do uso mais responsável dos recursos naturais, o que não é uma tarefa fácil para uma sociedade de economia neoclássica, onde o individualismo se sobrepõe ao coletivo. Optar por ações que favoreçam as gerações futuras é uma questão ética, sendo assim a sustentabilidade é também um posicionamento perante a vida e a perpetuação da espécie humana. Desta forma percebemos a importância da ideia de sustentabilidade ter adquirido tanto destaque nos últimos vinte anos (VEIGA, 2008).

Para definir que tipo de futuro que queremos, temos que ser realistas e usar os avanços tecnológicos para melhorar a vida do ser humano e da natureza que o cerca. Precisamos evitar as guerras, a tirania, a pobreza, a degradação da biosfera e a destruição da biodiversidade. A boa qualidade de vida para o homem e para a natureza não deve ser comprometer o futuro (GELL- MANN, 1996, *apud* VEIGA, 2008).

Ainda para este autor, o maior desafio para a humanidade é colocar em prática um conjunto de sete transições que estão interligadas para que o século XXI caminhe para a sustentabilidade. Em primeiro lugar a estabilização da população de forma regional e global. Em segundo, práticas econômicas com custos reais e qualificados (em detrimento a quantidade) valorizando a natureza e não o capital. Em terceiro lugar o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental. Quarto, uma distribuição de renda equitativa, erradicação da pobreza. Em quinto, soluções globais para problemas globais através de instituições internacionais. Sexto, informações claras sobre os múltiplos e interligados desafios do futuro. Em sétimo, considerado o mais importante e difícil,

[...] o predomínio de atitudes que favoreçam a unidade na diversidade, isto é, cooperação e competição não violenta entre tradições culturais deferentes e nações-Estados, assim como a coexistências com organismos que compartilham a biosfera com os seres humanos (VEIGA, 2008, p.169).

Buscar a coexistência como afirma o autor, compreender a natureza e as sociedades são necessárias teorias gerais e simples para que possam abranger um maior número de problemas, pois nem natureza e tão pouco a sociedade são inertes, tendo-se que levar em conta a diversidade dos sistemas. Como foi mencionada acima, a definição de sustentabilidade está relacionada ao tempo e local, sendo que estas condições mudam, modificando também a atribuição ao termo sustentabilidade. Não podendo ser imposto um modelo por se tratar de um processo em construção e aprendizagem (GUIVANT, 2002).

Trago, portanto, para este debate, a realidade do Bairro Figueirinhas, onde o extrativismo, com a pesca, e a exploração dos recursos naturais com o turismo sazonal, a sustentabilidade local dependem das ações dos atores sociais envolvidos na construção de políticas públicas, mas acima de tudo na construção de posicionamentos em favor do convívio harmônico entre comunidade e seu meio ambiente.

2. 3. Desenvolvimento local

Ainda no âmbito desta discussão, outra dimensão tem sido referenciada, o desenvolvimento local, que abrange estratégias que venham garantir ao território, na escala de comunidade, município ou numa micro região, uma melhora nas condições socioeconômicas a médio e longo prazo (ABRAMOVAY, 1998). Este conceito busca aproveitamento das capacidades locais, capital social e recursos naturais, com a participação da sociedade com representantes de todos os segmentos econômicos, públicos e privados. Este processo deve ser um potencializador da capacidade de oportunidades existentes naquele local.

Esta proposta de uma nova estruturação da sociedade envolvendo os aspectos econômicos, sociais e culturais propiciou o fortalecimento da noção de desenvolvimento sustentável no local. O novo modelo de desenvolvimento propõe o diálogo entre o setor econômico e aspectos socioculturais e socioambientais deverão estar no centro das discussões. A noção de desenvolvimento sustentável assim como outras noções de desenvolvimento que reúnem além dos aspectos socioeconômicos os socioculturais, de acordo Almeida (1997, p. 35),

[...] ocuparão doravante um lugar estratégico na análise e no debate social, porque elas articulam - ou tentam articular- duas dimensões do saber científico ou seja, **a natureza e a sociedade**. A capacidade de integração entre essas duas dimensões será o objeto central de disputa no próximo século. Esta disputa determinará os riscos de exploração social que contém a lógica do desenvolvimento desigual, lógica essa que resta como contradição fundamental do capitalismo mundial.

Segundo Almeida (idem.), a concepção de democracia, de autodeterminação dos povos, de respeito à diversidade cultural, à biodiversidade e à participação de toda a sociedade, são resultados de opções políticas levando a caminhos de decisões éticas em detrimento à racionalidade econômica. Buscando levar as discussões para o campo das necessidades humanas, atendendo os diferentes grupos sociais através da ótica da gestão democrática da diversidade, procurando desse modo, a harmonia de toda sociedade.

A visão contemporânea linear de desenvolvimento dá lugar a um novo modelo de desenvolvimento com muitas alternativas para as diferentes soluções da crise social e ambiental de nossos tempos. Esta nova direção dos caminhos do desenvolvimento atribui prioridade às questões sociais, incluindo os atores de diferentes realidades a políticas participativas, a fim de que estes possam exercer plena cidadania, organizando-se como sociedade para solução de seus conflitos, inclusive os socioambientais (ALMEIDA, 1997).

Arelado a esta questão, foi a partir da década de 1980 que as questões ambientais entram na pauta da discussão mundial, em face à crise ambiental e social em virtude do modelo de desenvolvimento baseado nos avanços tecnológicos, que tem como meta o crescimento econômico, em detrimento do uso indiscriminado dos recursos naturais. Acompanhando a tendência mundial é também neste período que são criados no Brasil, órgãos específicos para cuidar das questões ambientais. A Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional da Meio Ambiente é um divisor de águas para as questões ambientais no Brasil com a posição de que o “meio ambiente pertence a todos e a ninguém individualmente”. Esta lei também estabelece o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), oportunizando a participação da sociedade civil. Ainda seguindo esta tendência, em 1985, a Nº 7.347 dá legitimidade as Organizações não Governamentais (ONGs).

A Constituição Brasileira de 1988 dedica um capítulo à temática ambiental, cria o IBAMA, órgão vinculado ao Estado para a administração das áreas protegidas e cria o Ministério do Meio Ambiente. As participações de movimentos ambientalistas nacionais e internacionais foram importantes para a política nacional, atuando no planejamento, execução e gerenciamento de ações voltadas para as políticas públicas de proteção dos recursos renováveis. A contribuição de diversos setores da sociedade e atores de diferentes níveis formou uma rede de interesses e demandas em escala local, nacional e global para a construção da estrutura político-institucional nos dias atuais.

De forma geral no mundo e no Brasil, as ONGs estabelecem uma nova via de comunicação e representação da sociedade perante aos poderes políticos constituídos. As questões sociais e ambientais passam a incorporarem as políticas ambientais influenciando as decisões a serem tomadas. É neste cenário que a associação do bairro, inicialmente se mobiliza para resolver as questões de ordem social e posteriormente incorporam em suas reivindicações às questões ambientais do bairro.

No caso deste estudo, o envolvimento dos atores locais com as questões ambientais de preservação e conservação do ecossistema do Bairro Figueirinhas é verificado nas reuniões da associação de moradores do bairro, quando são trazidas para a discussão no grupo as indagações observadas no cotidiano desta comunidade. Esta questão também é observada nas entrevistas com os representantes dos segmentos socioculturais da comunidade local, que manifestaram suas preocupações com o esgotamento dos recursos naturais descaracterizando a paisagem do bairro e impossibilitando as atividades ali desenvolvidas.

Ainda em pesquisa a campo foi observado que alguns integrantes desta comunidade vêm buscando aporte sobre leis ambientais seja através de educação formal, ou mesmo por interesse pessoal pelo assunto. Além disso, alguns desses moradores fazem parte do poder executivo, como o secretário do meio ambiente e o integrante do Comitê da bacia do Rio Tramandaí. É a partir desses atores sociais que se mobiliza a discussão para o grupo sobre pontos que envolvam a conservação do ecossistema local.

Paralelamente a busca de informações por estes atores, existe o grupo de pescadores que, por uma questão legal de regularização da pesca local, precisaram se adequar à prática desta atividade, e dessa forma buscaram cada vez mais se informarem a respeito das questões relacionadas à relação entre conservação ambiental e pesca. Essa busca por novos conhecimentos, iniciada por um antigo morador da localidade e compartilhada não só por outros pescadores como também por atuais moradores, e simpatizantes de Figueirinhas, é uma forma de garantir que esta região obtenha melhorias sociais e econômicas agregando riquezas e capacidades a esta localidade. E é a partir de uma articulação concisa de um número expressivo desta comunidade, que a associação de moradores procura estabelecer um diálogo entre os setores privados, públicos e econômicos para dinamizar e potencializar o que existe de oportuno nesta localidade (ABRAMOVAY, 1988).

Este autor se refere ainda, aos processos de organização e articulação como “dimensão territorial de desenvolvimento”, onde um território representa uma trama de

relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que exercem um papel ainda pouco conhecido no desenvolvimento econômico de uma região. Os territórios são resultado de formas específicas de integração social, da capacidade individual, do setor privado e das organizações locais para promover ligações dinâmicas, valorizando seus conhecimentos, suas tradições e a construção de confiança entre todos envolvidos (ABRAMOVAY, 1988).

A condição para a melhora integral da qualidade de vida da população está no fortalecimento de atores inseridos em seus territórios dispostos a investirem nas potencialidades locais, sendo muito importante a sociedade e as relações sociais para a promoção do desenvolvimento local. Ainda segundo Abramovay (1988), a sustentabilidade tem como objetivo a inclusão social e econômica, o desenvolvimento vinculado a valores que vão além da preocupação com a conservação de recursos naturais, mas, também, valores socioculturais e econômicos.

Para atingir um objetivo comum são necessário atitudes de confiança, civismo e cooperação formando o capital social. Para obtenção de sucesso em projetos de desenvolvimento local é necessária o envolvimento de atores locais, com interesses no coletivo formando uma relação de confiança e cooperação mútua em prol de um único interesse. O tema capital social tem entrado no debate atual de especialistas sendo considerado um movimento de integração de diversos setores como a reciprocidade generalizada, as redes sociais, o desenvolvimento participativo e a governabilidade como base para o desenvolvimento local (TABOSA *et al.*, 1988).

Baseado nesta perspectiva de sustentabilidade e desenvolvimento local este trabalho busca responder a seguinte questão: *qual a relação entre a trajetória de formação de um balneário localizado em ecossistema litorâneo e as potencialidades e limitações vinculadas à conservação ambiental?*

Para responder a esta questão este trabalho propõe como objetivo geral compreender as potencialidades e limitações da conservação ambiental no processo de formação de um balneário em ecossistemas litorâneos. E como objetivos específicos: a) identificar na legislação ambiental as leis em nível federal, estadual e municipal que protegem os ecossistemas litorâneos; e b) analisar a percepção da comunidade sobre as potencialidades e limitações da conservação dos ecossistemas litorâneos e sua relação com as diretrizes da legislação ambiental.

REALIDADE LOCAL

Este capítulo apresenta a descrição física do ecossistema litorâneo do Litoral Norte Do Rio Grande do Sul, um apanhado do clima, vegetação e relevo, paisagem onde está inserido o Bairro Figueirinhas. Ainda apresenta o perfil socioeconômico dos moradores do bairro e histórico da Associação de Moradores.

3.1. Apresentação da Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

A região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul é composta por 21 municípios, como pode ser visualizado na Figura 1. Os municípios desta região estão na sua maioria localizados na faixa litorânea, apresentada na figura abaixo destacando o município de Balneário Pinhal. A principal atividade desta região é o turismo sazonal, como concentração populacional nas áreas urbanas. A economia é alavancada pela exploração e beneficiamento do monocultivo arbóreo, serviços de apoio ao veranista, construção civil, apicultura e pesca artesanal (STROHAECKER, 2007).

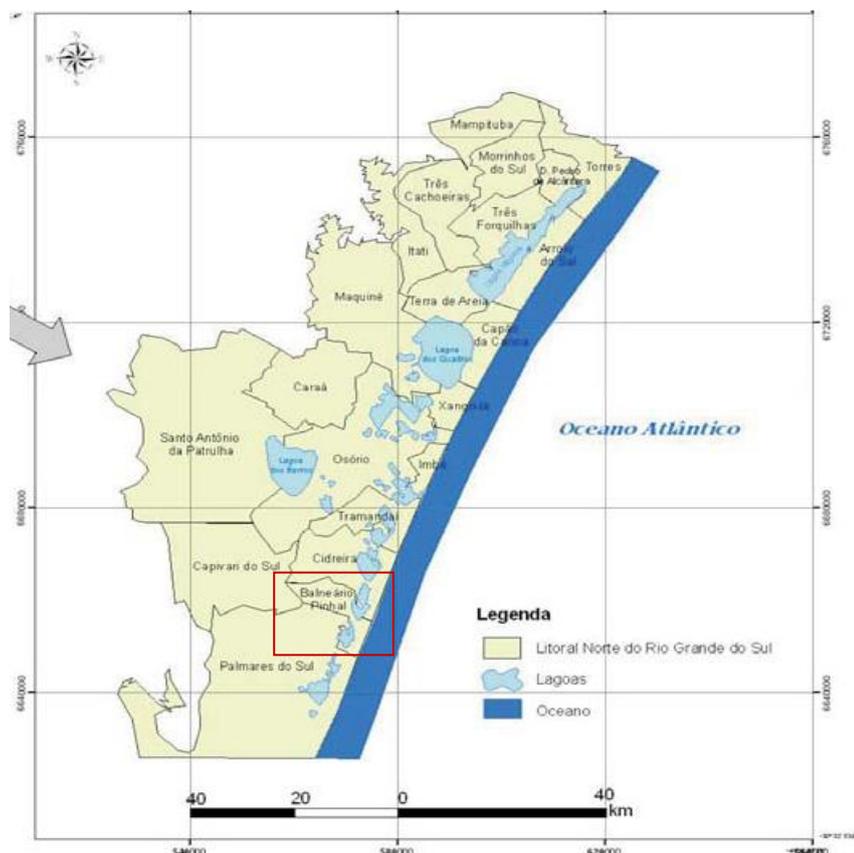


Figura 1: Mapa com recorte da Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com destaque para o município de Balneário Pinhal.

Fonte: STROHAECKER, 2007, p. 77.

3.2. Apresentação do Município de Balneário Pinhal

Balneário Pinhal, município do limite sul do Litoral Norte do Rio Grande do Sul tem hoje aproximadamente 10.800 habitantes, distribuídos entre a sede do município, Distrito de Magistério, Túnel Verde e Pontal das Figueiras. A maioria da população está na zona urbana (faixa litorânea), mostrado na Figura 2.

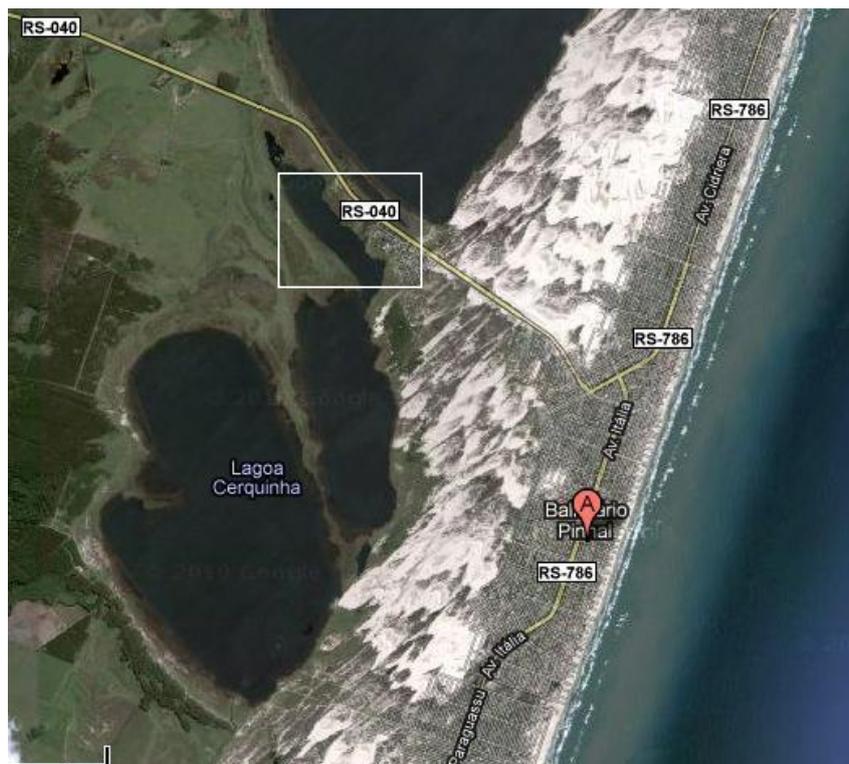


Figura 2: Imagem de satélite de Balneário Pinhal

Fonte: adaptação de imagem disponível em <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wj>>. Acesso em fev. de 2011.

O Bairro Pontal das Figueiras Figueirinhas tem em seu ecossistema dunas, lagoas, vegetação e fauna característica da região litorânea. Localizado junto a Lagoa da Cerquinha e Rondinha como vemos na Figura 3.

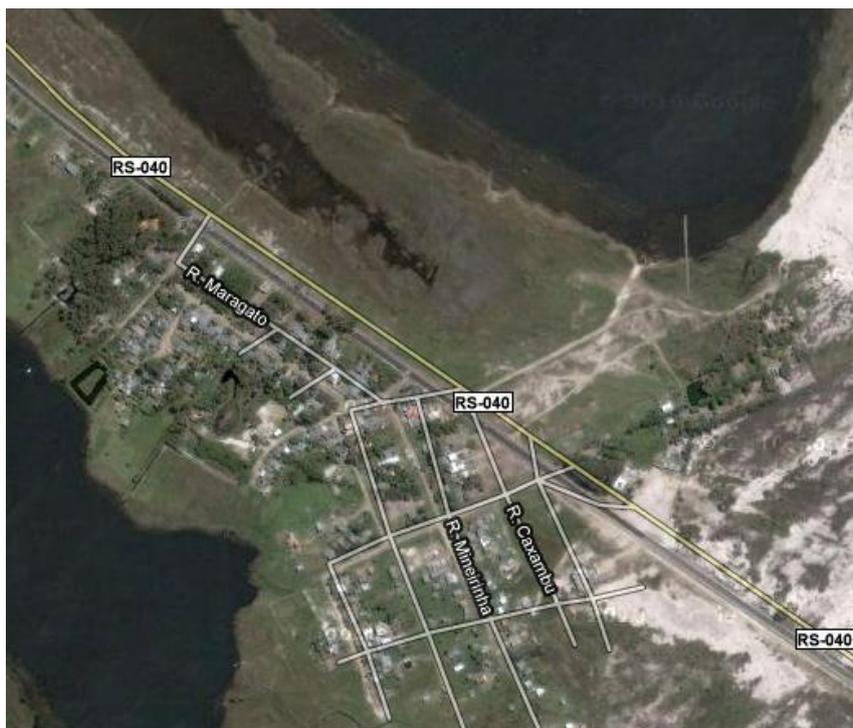


Figura 3: Imagem de satélite de Figueirinhas

Fonte: adaptação de imagem disponível em <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em fev. de 2011.

A comunidade local deste bairro se forma com uma mescla de pessoas vindas dos mais diferentes lugares e pelos mais distintos motivos. A ingerência na ocupação do local expõe esta comunidade a conflitos socioambientais, como por exemplo, a ocupação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para moradia e ou exploração comercial; pesca predatória; utilização das águas das lagoas para irrigação das lavouras de arroz; a conservação propriamente dita do ecossistema do bairro, paisagem singular no município, composta por lagoas, dunas e vegetação nativa. Com base na pesquisa e depoimentos com representantes do poder público podemos constatar que a ocupação do bairro não teve efetivo planejamento, sendo priorizada a urbanização do município que se formava à beira mar, ficando a localidade de certa forma esquecida, não só por parte da empresa proprietária do loteamento, como também pelo poder público.

3.3. Descrição física do ecossistema do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

A região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul é constituído de ecossistemas raros e de grande vulnerabilidade ambiental, com paisagem diferenciada do restante do continente latino-americano, apresentando uma grande extensão de costa marítima arenosa e um cordão de lagoas da Planície Costeira. Sua formação geológica é recente dos períodos terciários e Quaternários da Era Cenozóica, sendo um ambiente vulnerável às transformações tanto de natureza física, assim como pela ação do homem (STROHAECKER, 2007).

O clima predominante na região é subtropical com as quatro estações bem definidas, com temperaturas de 22° a 35° no verão e de 3° a 18°C no inverno, com precipitações entre 1200 a 1300 mm por ano. Esta região recebe influencia direta dos centros de ação atmosférica do anticiclone do Atlântico e do anticiclone móvel polar, ventos de formação primária e secundária, predominando o vento Nordeste, sendo uma característica da região (COTRIM e MIGUEL, 2007).

O relevo é extremamente plano, típico da faixa litorânea, a Planície Costeira, com solo de modo geral são pobres em nutrientes, baixa fertilidade natural, por serem constituídos basicamente por sedimentos arenosos de origem continental, lacustre e marítimo de alta suscetibilidade eólica (RAMBO *et al.*, 1999). A vegetação de restinga é composta de gramíneas da costa, herbáceas, savanas e florestais (capões de mata nativa) (COTRIM e MIGUEL, 2007). A Planície Costeira tem como particularidade muitas lagoas interligadas, formando recursos hídricos impar no estado. É nesta paisagem que o Bairro Figueirinhas esta inserido.

3.4. Ocupação e urbanização do Litoral Norte e do Município de Balneário Pinhal

O Litoral Norte teve sua ocupação e urbanização a partir da década de 1950 com o parcelamento das fazendas da região e venda de glebas para loteamento. Com isso, famílias de outros locais começaram a visitar o litoral para banhos terapêuticos, impulsionando a instalação dos primeiros hotéis e pousadas para atender a esta demanda que crescia a cada

ano, valorizando a orla marítima para uso sazonal nos meses de verão. A política desenvolvimentista da época mobilizou o Governo Federal e Estadual a investirem na infraestrutura de transporte rodoviário para promover a integração do território.

Neste período, são inauguradas as estradas para facilitar a acessibilidade ao litoral, incluindo a RS 040 que dá acesso ao município de Balneário Pinhal, permitindo que outros agentes econômicos passem a investir na região e dando início ao parcelamento de antigas fazendas convertidas em loteamentos urbanizados por empresas particulares. Inicia-se à exploração imobiliária e a venda de terrenos no município. Seguindo ascendência da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, muitas famílias construíram suas residências de veraneio, tidas como sua segunda residência. Concomitantemente a isto, os primeiros moradores se instalam na localidade de Figueirinhas, para dar suporte à urbanização dos loteamentos à beira mar com o plantio de mudas de casuarinas (*Casuarina Equisetifolia*), espécie exótica utilizada para arborização na época da urbanização do município. Também era prática fazer os gramados nos terrenos das casas já construídas no balneário, caracterizando assim a ocupação do bairro em função da urbanização da sede do município. (FAISTAUER, 2006)

Com a gradativa demanda por mão de obra para a construção civil e o comércio sazonal, a economia da região se diversificou e a população permanente do balneário começou a crescer atraída por novas oportunidades de trabalho e emprego que o litoral passou a proporcionar (STROHAECKER, 2007).

Esta característica está ligada a origem de ocupação da região e do município vinculada a doação de sesmarias do litoral norte. A doação da Sesmaria de Cidreira, pela Corte de Portugal, em 1767, que era composta pelas fazendas de Cidreira, Rondinha, Roça Velha, Ponta do Mato e Porteira que mais tarde deu origem ao município de Balneário Pinhal. A ocupação do município se dá por meio da divisão das terras decorrentes de sucessões, tendo na sede da Fazenda da Rondinha o início do povoamento do município. Na fazenda entre outras atividades ligadas a criação de gado de corte existia a produção de sal junto à Lagoa da Rondinha. Entre 1938 e 1939 se hospeda na sede da fazenda, Constantino Balzac, engenheiro da Marinha, que realiza o nivelamento das lagoas através da abertura de um canal. É a partir desse procedimento que acontece a separação das lagoas, Cerquinha e Rondinha, dando origem também a estrada para o mar, que até então era feita pela travessia da lagoa. Sobre o canal é construída uma ponte de madeira. É neste período de difusão das lagoas que originou

o Bairro Pontal das Figueiras, mais tarde também chamado de Figueirinhas (FAISTAUER, 2006). A partir da década de 1950, outra sucessão trouxe os projetos de reflorestamento para a região e urbanização da orla marítima. Foi nesta época que a Empresa Habitasul comprou a maioria das terras para fins de monocultivo de espécies exóticas e loteamento.

Administrativamente Balneário Pinhal pertenceu por quarenta e oito anos ao município de Santo Antonio, depois vieram às sucessivas emancipações, Osório, Tramandaí e Cidreira até que em 1985 o município é emancipado. Por este motivo a sede administrativa de Balneário Pinhal era distante da localização geográfica do município dificultando o gerenciamento das ocupações em toda região, e, além disso, a preocupação com a conservação ambiental não fazia parte dos projetos para o desenvolvimento do município. Estes dois fatores, de certa forma abriram oportunidade para as ocupações irregulares desordenadas que se consolidaram no Bairro Figueirinhas fragilizando o ecossistema local. Esta questão foi reconhecida nesta investigação pelos representantes do executivo municipal nas entrevistas com o prefeito também com o secretário do meio ambiente que afirmaram que a questão ambiental do bairro é discutida pelo poder público a partir das últimas décadas quando a sede da administração foi instalada no município. A proximidade do poder executivo com a comunidade local deu maior visibilidade às questões socioambientais locais.

Ao questionar o poder executivo sobre a existência de planos de desenvolvimento para o Bairro Figueirinhas e se este plano engloba os aspectos ambientais, foi enfatizado o interesse em regulamentar a área e enquadrá-la na legislação ambiental, sendo já realizado contato com a empresa proprietária das três glebas do entorno da lagoa da Cerquinha, a Habitasul empresa detentora da área, desde a década de 1950, quando foi aprovado o projeto de loteamento sobre duas glebas da empresa.

Neste contato a empresa apresentou um projeto urbanístico com a construção de um condomínio horizontal, implantação de parque eólico, conexões viárias e rede de ciclovias. Porém a implementação deste projeto urbanístico requer uma mudança no Plano Diretor do Município no artigo 54, inciso III e IV invertendo a destinação das lagoas, a Lagoa da Cerquinha passaria para uso de lazer e esportes náuticos e a Rondinha pesca e preservação de espécies.

Percebeu-se que o projeto da empresa, aqui apresentado, na verdade é trazido por agentes externos a esta comunidade, o que a princípio revela a imposição do poder econômico em detrimento da realidade sociocultural dos moradores de Figueirinhas. Este vem com apelo

urbanístico sustentável, porém sua realização implicaria em mudanças nos hábitos dos moradores invertendo a utilização das lagoas, como foi explicado acima. A princípio é um projeto que se ajusta às leis ambientais e que resolveria os problemas das ocupações irregulares nas áreas de APPs do entorno da Lagoa da Cequinha, porém, com o desenvolvimento do mesmo, os problemas sociais dessa comunidade poderiam agravar-se. A parte urbanizada e a maioria das ocupações estão no lado da lagoa da Cerquinha, onde a maioria dos moradores pesca. No caso da implantação deste projeto, eles terão que atravessar a RS 040 para esta prática, deixar o material de pesca (barco e redes) na Lagoa da Rondinha, ficando mais vulneráveis a roubos. Outro fator a ser levado em consideração é que este projeto não prevê relatório de impacto ambiental com a inversão do uso das lagoas.

Há também outro projeto realizado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disciplina de Arquitetura Sustentável que em parceria com a prefeitura, todos os semestres, promovem um “Concurso de Ideias”. Os alunos desta cadeira têm como trabalho final desenvolver um projeto tendo como inspiração um local do município. Na edição de 2010 deste concurso o bairro Figueirinhas foi escolhido para a elaboração de projetos sustentáveis. No projeto estava previsto a construção de um terminal pesqueiro junto a Lagoa da Cerquinha, enquanto que na Lagoa da Rondinha, a construção de um entreposto de peixes, com restaurante e área de lazer. Os estudantes visitaram o bairro, conheceram a realidade social e paisagística através de pesquisa realizada junto aos moradores para, a partir daí, desenvolverem seus projetos.

Os atores sociais representantes do poder executivo expressaram a vontade de captar recursos para implantação do projeto da universidade, pois além de atender as necessidades da comunidade, preocuparam-se em ouvir e envolver os moradores de Figueirinhas atendendo assim aos princípios do desenvolvimento local e de sustentabilidade. Outro ponto positivo deste projeto seria a conformidade com a legislação ambiental, sem a necessidade de fazer ajustes no plano diretor do município, o que implicaria em grande mudança para a comunidade. Este projeto também tem o apoio da comunidade expresso nas reuniões da Associação, onde demonstram expectativa para a sua implantação.

3.5. Perfil Socioeconômico dos moradores do Bairro Figueirinhas

Em 1951 a primeira família muda-se da sede da Fazenda Rondinha para o Bairro Figueirinhas, transferindo também o viveiro de mudas, que vai complementar a arborização da praia. Unem-se outras famílias a esta família, vindas atraídas pelas oportunidades de trabalho no município que surgem à beira mar (FAISTAUER, 2006)

O primeiro e único pescador chega com a família no bairro em 1955, sobrevivendo única e exclusivamente da pesca. Em entrevista com a filha deste pescador, que ainda reside no bairro, teve-se acesso a informações a respeito da venda ou troca, que ele fazia do produto da pesca nas lagoas locais, que era abundante, com moradores ou veranistas. Os descendentes desse pescador, que ainda residem no bairro, trabalham na construção civil, porém mantém a pesca como complementação da renda ou consumo da família.

Como a prioridade era desenvolver a sede do município, de certa forma o bairro ficou esquecido por parte dos gestores públicos, dando oportunidade para as ocupações (irregulares e desordenadas) e invasões, compondo assim, o perfil socioeconômico dos moradores de Figueirinhas. Além dos moradores nativos vieram para o local, pessoas de diversos lugares e por diferentes motivos, alguns para construir ali suas casas de veraneio (segunda moradia) onde hoje moram, e outros atraídos pelo baixo valor dos imóveis irregulares ou até mesmo para se apossar de áreas no entorno das lagoas.

Apesar de ser um local próximo do centro do Balneário, ainda depende da infraestrutura da sede do município. Muitos moradores que necessitam dos serviços do centro fazem o deslocamento a pé, de bicicleta ou de carroça, pois o bairro não possui sistema de transporte que atenda a esta comunidade. Há no bairro apenas um comércio de mantimentos, cuidado pela própria família; duas boates que empregam algumas pessoas da localidade; uma pequena marcenaria; depósito (compra e venda) de material reciclado, também administrado por uma família. Conforme pesquisa realizada no bairro, alguns moradores mantêm pequenas hortas, criam galinhas, porcos e cabras para consumo da família. A comunidade se divide em moradores que exercem atividades informais, com baixa remuneração ou trabalham na estação de veraneio quando aumenta a oportunidade de empregos no município. Outros que por possuírem suas casas de veraneio, aposentaram-se e vieram morar no bairro. Ainda encontram-se na localidade, os nativos, descendentes dos primeiros moradores da localidade.

Muitos moradores mantêm a pesca como uma atividade para complementação da renda e/ou para o consumo da família.

3.6. Histórico da Associação de Moradores do Bairro Figueirinhas

Os atores sociais desta comunidade têm hoje uma identificação com o ecossistema que convivem, o reconhecem e se preocupam com a sua conservação. A comunidade começou a se organizar no ano de 1988, quando se reuniu para reivindicar junto à prefeitura, atendimentos básicos para os moradores, como rede elétrica e telefonia, inexistentes na época. Um pequeno grupo reuniu-se representando toda comunidade com o intuito de sanar suas necessidades através da criação da Associação de Moradores com a denominação de “Associação Comunitária do Distrito de Figueirinhas”.

Durante uma das entrevistas realizada para este trabalho, a Presidente da Associação, contou que, a partir do ano de 1992, um morador do bairro, desde a década de 1970, passou a fazer parte da Associação. Este membro da comunidade foi um dos primeiros a levantar a bandeira da conservação ambiental e compartilhar com a comunidade a preocupação com as questões ambientais do bairro. Segundo o relato de outros moradores, era pouco ouvido pelos integrantes da Associação que, se envolviam inicialmente com eventos sociais, organizando festas em datas comemorativas como Natal, São João e Dia das Crianças. Nesta época parte dos associados se mostravam indiferentes ou até mesmo contrários as questões ambientais que eram trazidas para a pauta das reuniões.

Somente em 2006, os moradores que comungavam das preocupações com a conservação ambiental do bairro, modificaram o estatuto da Associação, incluindo o departamento de Meio Ambiente, dando mais força a Associação para a luta contra as agressões e mau uso dos recursos naturais de Figueirinhas. Atualmente, a Associação é cadastrada no Ministério da Pesca e Agricultura (MPA) e Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca (SEAP). A Associação de Moradores de Figueirinhas é a única organização no município autorizada a renovar as carteiras de pescadores.

A comunidade se preocupa com a conservação do conjunto desta paisagem impar no município, por sua vegetação nativa, dunas e lagoas, como forma de perpetuar não somente a

pesca, mas também a manutenção de seu ecossistema para manutenção da qualidade de vida na localidade. Isto fica claro quando nas reuniões da Associação do bairro, quando os moradores trazem à discussão as questões que acham relevante para tratar com os outros associados. As irregularidades referentes à prática da pesca, geralmente são identificadas e resolvidas imediatamente pelos moradores. Primeiramente conversam com os infratores e, se necessário, chamam a Brigada Militar Local, como modo de chegarem a uma possível solução. Muitas destas irregularidades são denunciadas para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis (IBAMA), no entanto nunca receberam a visita de um agente deste órgão. Uma questão a ressaltar, é que alguns moradores que pescam não fazem parte da associação, e inclusive, segundo relatos, alguns não participam da mesma por discordarem das idéias de conservação ambiental que os associados possuem.

A limpeza das margens das lagoas é também uma preocupação desta comunidade. A Associação utiliza sua força como organização social para fazer os pedidos de retirada do lixo junto à prefeitura do município, ou algumas vezes, de acordo com relatos obtidos em entrevistas com os comunitários, eles mesmos realizam a limpeza das margens das lagoas quando estão pescando.

Outra preocupação dos moradores é quanto aos acidentes que ocorrem com os banhistas na época de veraneio, na Lagoa da Rondinha próximo às dunas móveis. O acúmulo de areia trazida pelos fortes ventos característicos da região litorânea dá uma falsa impressão da profundidade real daquele local (visualizado na figura 4), ocasionando afogamento dos desavisados.



Figura 4: Dunas próximas as margens da Lagoa Rondinha. Bairro Figueirinhas- RS; Maio de 2011.
Fonte: acervo de pesquisa.

O trapiche² (visualizado na Figura 4) localizado na mesma lagoa também é um local onde ocorrem acidentes envolvendo banhistas. Por desconhecimento da pequena profundidade da lagoa neste local, os banhistas ao mergulharem se ferem, algumas vezes, até gravemente.

² Trapiche é uma estrutura de madeira que adentra a lagoa, servindo como um atracadouro de barcos específicos para pesca ou para passeio de pessoas.



Figura 5: Trapiche na Lagoa Rondinha. Bairro Figueirinhas- RS; Maio de 2011.
Fonte: acervo de pesquisa.

A beleza desta paisagem esconde seu perigo aos desavisados e estas preocupações sociais e ambientais características de quem vive o dia a dia na localidade, são questões identificadas pela própria comunidade, que organizada em Associação, mobiliza pescadores, moradores locais, entre outros atores, para busca resolver tais problemas, reivindicando e trabalhando junto às autoridades competentes, a melhor forma de solucioná-los.

O ponto de partida para experiências de outros modelos de conservação no Brasil foi dado, não por instituições governamentais ou universitárias, mas pelos movimentos sociais, em particular. [...] dos pescadores artesanais e outros povos tradicionais, propondo alternativas práticas à conservação excludente (Diegues, 2007, p.1).

Segundo o mesmo autor (idem.), a combinação de unidades de proteção integral e unidades de proteção de uso sustentável, possibilitam um entrosamento entre ecologia, cultura, sociedade e populações tradicionais, como no caso da comunidade de Figueirinhas - uma comunidade constituída, organizada e que demonstra em suas ações, entender seu papel na conservação dos recursos naturais locais.

Até o início da década de 2000 esta comunidade poderia ser considerada em condição de injustiça ambiental, sendo um bairro de acesso difícil a sede do município, com a maioria

dos moradores de baixa renda e escolaridade, que dependem da infra-estrutura desta sede. Por muitos anos os recursos naturais foram explorados por moradores, veranistas e visitantes com indiferença por parte do poder público, no que diz respeito às suas reais necessidades de moradores locais. Foi a mobilização dos atores sociais locais que deu visibilidade a questão ambiental (ACSELAD, 2002) existentes no bairro.

Ainda segundo Acselad (idem.), as populações em vulnerabilidade social estão mais sujeitas aos riscos ambientais, tendo em vista, sua relação transita entre o exercício da democracia e a capacidade desta comunidade de reivindicar suas necessidades diante dos riscos ambientais a que possam estar expostos.

No caso da comunidade de Figueirinhas a condição sociocultural e de sobrevivência imediata de seus moradores fez com que os problemas ambientais ficassem em segundo plano, visto que seus problemas sociais, como: baixa renda, educação e saúde se sobrepuseram. Resultado: esta condição tomou novo rumo quando pessoas mais politizadas começaram a fazer parte da Associação de Moradores do bairro, retomando as discussões, agora com uma visão ampla da questão ambiental local. O que possibilitou também, a potencialização dos movimentos sociais de forma a influenciar as decisões políticas em relação às questões ambientais do ecossistema da localidade.

Nas entrevistas com as autoridades, Prefeito e Secretário do Meio Ambiente, é reconhecido que o não gerenciamento dos recursos naturais do bairro por parte dos administradores anteriores a emancipação do município, trouxe grandes prejuízos ao ecossistema local. Porém, a partir de então, alguns passos de uma longa caminhada estão sendo dados, como: a criação da Secretaria do Meio Ambiente, do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a elaboração da Agenda 21 Municipal, e, mais recentemente, a solicitação junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), da criação do Sistema Municipal de Controle Ambiental, órgão que irá auxiliar no controle e fiscalização das questões ambientais do município.

Além do importante papel da comunidade organizada através da Associação de Moradores, que hoje também tem em seu quadro de associados os pescadores e amigos do bairro Figueirinhas, a participação do poder público e privado são fundamentais na construção de oportunidades e aproveitamento da capacidade da população local no processo de desenvolvimento sustentável do bairro. Com isso se passa a valorizar o conhecimento e a vivência do cotidiano dos moradores de Figueirinhas, e talvez, esta seja a melhor forma de

manutenção e sustentabilidade da região, visto que, são os seus moradores àqueles capazes de reconhecer as limitações e as potencialidades existentes no local.

O conhecimento endógeno, construído por esta população, a partir da urbanização, é um potencial que não podemos menosprezar, estabelecendo uma relação com o conceito de desenvolvimento local que busca transformar a organização social de forma a aproveitar a iniciativa e mobilização de moradores locais para melhoria da qualidade de vida desta população (BUARQUE, 1999). Atrelado a qualidade de vida da população está à qualidade de vida de todo o ecossistema de Figueirinhas. A disponibilidade dos atores sociais em proteger o ecossistema local pode ser a alavanca para a sustentabilidade, tendo em vista que, o desenvolvimento local depende da conservação dos recursos naturais e as demais espécies (DAL SOGLIO, 2008).

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O que direcionou esta pesquisa foi a escolha pelo uso dos métodos e técnicas qualitativos. É importante mencionar que a escolha da metodologia qualitativa deu-se, principalmente por se tratar de um importante instrumento para a compreensão do grupo social em estudo. Este método oportunizou a observação dos principais aspectos da realidade local, a dinâmica das relações sociais e a relação destes atores com o meio ambiente (GERHARDT e SILVEIRA, 2007). Foram utilizadas ferramentas tais como: observação participante, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, fotografias e pesquisa documental.

Para identificar na legislação ambiental as federais, estaduais e municipais que protegem os ecossistemas litorâneos, a partir do estado da arte que compõe o levantamento e mapeamento dos documentos produzidos pelo tema. Foi realizada uma análise documental em órgãos governamentais como Prefeitura do Município de Balneário Pinhal, através da Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento, Associação de Moradores do Distrito de Figueirinhas e em sites disponíveis sobre o assunto estudado neste Trabalho de Conclusão de Curso. Alguns destes documentos estão relacionados ao Programa de Gerenciamento Costeiro (PGC), ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), órgãos ligados ao MDC/ MMA (Ministério do Meio Ambiente), Política Nacional do Meio Ambiente, Código Estadual do Meio ambiente, Política Estadual do Meio Ambiente e Comitê da Bacia do Rio Tramandaí.

Como forma de entender as reivindicações, posicionamentos e conhecimento do local pela comunidade, foram realizadas entrevistas com os atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento local. As entrevistas foram organizadas como semi-estruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas em um roteiro de entrevistas que abordou os tópicos da pesquisa (APÊNDICES A e B). Esta técnica proporcionou o estabelecimento de um diálogo entre pesquisador e entrevistado, onde todos os tópicos foram discutidos sem a preocupação com a rigidez de uma ordem. Esta ferramenta foi um complemento importante não apenas para os momentos de observação, mas como meio para facilitar as análises dos diálogos gravados para posterior transcrição.

Para fazer a pesquisa optou-se por escolher dois representantes de cada uma das três características sociocultural dos moradores do bairro. Sendo os primeiros os moradores

nativos; segundo os que eram veranistas e vieram morar no bairro; e em terceiro os que foram morar em função do baixo valor das moradias em áreas irregulares. Por fim, dois representantes do poder público, Prefeito e Secretário do Meio Ambiente.

As entrevistas foram previamente agendadas conforme disponibilidade dos colaboradores, sendo apresentados os termos de consentimento (modelo no Apêndice C) para a assinatura e posteriormente depositados no Pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de Balneário Pinhal. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de janeiro e fevereiro de 2011.

O diário de campo foi utilizado como suporte para a organização dos dados coletados nas entrevistas, sendo também o instrumento que permitiu a realização da análise da realidade local (GERHARDT e SILVEIRA, 2007).

As fotografias trazem através de suas imagens a visibilidades dos espaços estudados; naquilo que remetem ou fazem pensar dentro desta análise. Insiro-as ao texto por considerá-las, tal como os escritos, práticas que enunciam. E, ao tratar das imagens como linguagem, não extraio delas significados mais ou menos ocultos, enunciados teóricos, nem as discuto como verdades absolutas. Considero que, tal como os escritos, as imagens se produzem, se constituem [visualmente] e nos contam acerca desses espaços litorâneos por elas representados. Imagens que, representando os lugares dessa comunidade, cruzam-se não apenas com os excertos dos próprios documentos, mas com imagens/práticas escolares por mim vistas/vividas na região litorânea do Estado.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo procura-se responder aos questionamentos que nortearam a pesquisa que compõe o Trabalho de Conclusão de Curso, questionamentos relacionados à legislação ambiental que regulamenta a área, sua normatização e sua efetiva aplicação por parte do poder público. Também se busca responder como os moradores do bairro percebem as potencialidades e limitações da conservação dos ecossistemas litorâneos com relações as diretrizes da legislação ambiental.

É válido enfatizar que o bairro de Figueirinhas é localizado entre as Lagoas da Cerquinha e Rondinha, área de planície sedimentar composta por campos de dunas e bandos. As lagoas compõem a sequência de lagoas paralela à linha oceânica pertencentes ao cordão de lagoas costeiras do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, estas apresentam, normalmente, um contorno irregular em função dos fortes ventos litorâneos de direção nordeste. A baixa profundidade em alguns locais facilita a ação eólica provocando modificações dinâmicas em curtos espaços de tempo, este fenômeno influencia a morfologia do sistema lagunar litorâneo assim como a vegetação e animais da região.

5.1. A legislação ambiental e suas aplicações no bairro figueirinhas

Tem sido um desafio para a sociedade moderna atender as necessidades dos avanços tecnológicos que o sistema capitalista exige e, ao mesmo tempo, conservar e preservar as fontes de recursos naturais. O reconhecimento mundial para as questões ambientais levaram os países estabelecer legislação normativa para a proteção e conservação da natureza (MEDEIROS *et al.*, 2004).

No Brasil, a definição de políticas para proteção de áreas de recursos naturais renováveis é muito recente. Desde a época da colonização os recursos naturais vêm sendo explorados de todas as formas (legal e ilegalmente), em nome do crescimento econômico do país. Porém, em 1934 é criado um conjunto de instrumentos legais estaduais para a gestão de áreas protegidas. Seguindo a tendência internacional do momento, a segunda constituição

republicana pela primeira vez inclui em seu texto, a responsabilidade da União em proteger elementos naturais e monumentos de valor histórico e artístico (MEDEIROS *et al.*, 2004). A natureza então passa a ser considerada patrimônio nacional a ser preservado, e desta forma, a proteção da natureza entra na agenda do gerenciamento governamental brasileiro. É também neste ano que são criados os principais dispositivos legais neste sentido, o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca. O Código das Águas e o Decreto de Proteção dos Animais, todos de 1934. (MEDEIROS *et al.*, 2004). O Código Florestal foi o mais importante instrumento de proteção a natureza da época, sendo nele estabelecidos, pela primeira vez, os critérios de proteção dos principais ecossistemas florestais e outras formas de vegetação natural, introduzindo formas de manejo específico para cada área. São incluídas na segunda versão do Código Florestal de 1965, na Lei nº 4771 de 15/09/65 as Áreas de Proteção Permanente e as Reservas Legais. O resultado de sua construção foi alguns dispositivos específicos para cada categoria de espaço protegido, com isto a gestão destas áreas tornou-se difícil levando a uma discussão sobre uma nova forma de gerenciamento das áreas protegidas.

Com a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981 e a Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo a proteção ambiental, no artigo 225, determinou que o meio ambiente fosse “direito de todos e uso comum do povo”, ampliando assim o conceito de meio ambiente. Em consequência da nova visibilidade a questão ambiental em 2000, com a aprovação da Lei 9985 instituiu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), resultando nas Unidades de Conservação (UCs), APPs e as Reservas Legais (RL). As APPs são definidas como áreas que correm nas margens dos cursos d’água, lagos, lagoas, reservatórios, montes e encostas, sendo esta especificação da Lei 9985/2000 (MEDEIROS *et AL.*, 2004), a lei federal que protege o ecossistema do Bairro Figueirinhas.

No Plano Diretor do município, o Capítulo II – Da Estratégia de Qualificação Ambiental, no artigo 50, inciso I, determina a implementação das diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, na Política Nacional de Recursos Hídricos e demais correlatos e regulamentadoras da Legislação Federal e Estadual. No inciso X do mesmo artigo prevê habilitar o município para licenciamento ambiental junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237/1997, atendendo a resolução de nº 05/1998 do Conselho Estadual De Meio Ambiente (CONSEMA).

No artigo 53, inciso II, a integração com o Comitê de Bacias do Rio Tramandaí, e ainda no artigo 54, inciso I, o gerenciamento das APPS, inciso III, destinação da Lagoa da Cerquinha para uso de abastecimento público e pesca e no inciso IV, destinação da Lagoa da Rondinha para uso de abastecimento público e de lazer, com restrição ao tipo e quantidade de embarcação.

No âmbito local, o município de Balneário Pinhal, criou em 1999 o CODEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), órgão fiscalizador e consultivo e defesa do equilíbrio ecológico do município. O poder executivo municipal até o ano 2004, tinha o Departamento de Meio Ambiente, passando-o este ano para a Secretaria de Meio Ambiente, incluindo nesta secretaria um biólogo efetivo em seu quadro, para que este possa prestar assessoramento sobre as questões ambientais. Ainda como forma as questões ambientais o município e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente estão assinando um protocolo de intenções para adesão ao Sistema Integrado de Gestão Ambiental. O objetivo deste é o de realizar ações de descentralização do licenciamento e fiscalização ambiental, regulada por Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente, para a criação de estrutura municipal voltada ao controle e preservação ambiental e a aprovação de legislação específica. Com a adesão de Balneário Pinhal no sistema, este se compromete a mobilizar os órgãos da administração municipal para a criação e instalação do sistema municipal de meio ambiente, em especial com a criação ou adequação da estrutura administrativa para a implantação do órgão ambiental local. Também se compromete a estabelecer um cronograma de atividades e a indicar parceiros para o desenvolvimento de projetos de restauração da mata ciliar, recuperação de áreas degradadas e de educação ambiental.

Como mobilização social que objetivava atender os quesitos de proteção ambiental, a Associação de Moradores de Figueirinhas incluiu no seu estatuto, o Departamento do Meio Ambiente, no ano de 2006, que revela a preocupação dos atores sociais da comunidade em conservar o ecossistema local.

Nas entrevistas com representantes do poder público, há unanimidade no que se refere às principais questões ambientais no bairro, ou seja, seus problemas emergem da falta de planejamento e gerenciamento na época inicial da urbanização do município. Desta forma foram ocorrendo, ao longo dos tempos, ocupações muito próximas as margens da lagoa da Cerquinha, invadindo, portanto, a área APP do bairro. Esta questão envolve a legislação federal com a Lei Nº 7.803/1989, que determina que a faixa marginal mínima dos cursos

d'água. No que se refere a Lagoa da Cerquinha, são determinados 50 metros de área livre; determinação esta que também é expressa no plano diretor do município.

Ainda na questão das irregularidades ambientais em Figueirinhas, foi citado nas entrevistas com representantes do poder público, o plantio de Pinus concedido pelo IBAMA, órgão responsável pelas licenças ambientais para esta atividade, sendo permitido na época, a plantação desta espécie exótica próximo a lagoa da Cerquinha; as invasões de espaços naturais destinados a conservação e a preservação natural por atividades de criação animal, principalmente gado, e cultivos agrícolas com fins comerciais ou a utilização das águas da lagoa para irrigação das lavouras de arroz. Enfatizou o secretário do meio ambiente, que a invasão desses espaços para construção de áreas de lazer, que ainda estão ocorrendo, colocando inclusive cercas que se estendem e muitas vezes adentram a lagoa da Cerquinha, como mostram as Figuras 6, 7 e 8, abaixo.



Figura 6: Cercas nas margens da Lagoa da Cerquinha. Bairro Figueirinhas- RS; Maio de 2011.
Fonte: acervo de pesquisa.



Figura 7: Cercas nas margens da Lagoa da Cerquinha. Bairro Figueirinhas- RS; Maio de 2011.
Fonte: acervo de pesquisa.



Figura 8: Cercas nas margens da Lagoa da Cerquinha. Bairro Figueirinhas- RS; Maio de 2011.
Fonte: acervo de pesquisa.

Com relação à medida que o poder público local está tomando para minimizar as questões ambientais do bairro, conforme afirma o prefeito local, é que as leis ambientais são leis as quais o poder executivo municipal não tem gerência, trata-se de leis federais cuja aplicação não depende da vontade dos governantes locais. Desse modo, resta ao município a adequação a legislação vigente. É inevitável que o município regularize a situação do bairro

sob pena de mais tarde ser apontado como um descaso do município pelo ministério público. Por um lado, o município sofre pressão do ministério público para que a legislação seja cumprida, e por outro lado é pressionado pelos moradores que ocupam as áreas de preservação permanente.

A retirada dessas famílias implica em um problema social, cuja solução exige atender às necessidades de ambas as partes. Já há um planejamento de um mapeamento de todas as áreas irregulares para a posterior negociação. A retirada das famílias destas áreas é uma questão de segurança, já que estas casas ficam vulneráveis a serem invadidas pelas águas das lagoas em períodos de cheia. Esta informação foi obtida nas entrevistas com moradores quando de minhas visitas e nas observações *in loco* no ano de 2006. Concluiu-se nas discussões que, com as margens da lagoa livre, há possibilidade de recuperação de todo o ecossistema, gerando um índice de desenvolvimento global, atendendo ao conceito da sustentabilidade, onde não podemos medir o nível de desenvolvimento apenas pelos indicadores da qualidade de vida humana, mas sim se pode coordenar ações para o desenvolvimento das espécies que compartilham conosco o mesmo ecossistema (DAL SOGLIO, 2008).

Pode-se perceber, a partir das entrevistas, assim como da pesquisa realizada, que a atual administração do município é ciente de seus deveres quanto ao cumprimento da legislação ambiental que abrangem a área do Bairro Figueirinhas e está procurando solucionar as questões ambientais.

5.2. Potencialidades e limitações da conservação do ecossistema do Bairro Figueirinhas

Mesmo com o pouco conhecimento a respeito da legislação ambiental que regulariza Figueirinhas, uma Área de Preservação Permanente (APP), estabelecida no Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771 de 15/09/2965) e atualizada em 2000, os entrevistados acham que as leis são pouco respeitadas principalmente por parte de quem faz visitas esporádicas ao bairro. Eles afirmam também que, a fiscalização efetiva poderia amenizar esta situação, pois se sentem constrangidos ou não querem se indispor com os visitantes ou moradores que desconhecem ou não se importam em cumprir as leis ambientais. A vulnerabilidade do entorno das lagoas na época de veraneio preocupa os moradores, pois se sentem impotentes diante do turismo

predatório dos visitantes que não se sensibilizam com as questões ambientais do bairro. Um entrevistado expressa isto em sua fala:

“As pessoas são mal educadas e não tem como fiscalizar, isto não é para nós moradores, tem que vir do governo para fiscalizar [...]”
(Entrevista 3).

Naturalmente os moradores locais e as pessoas que têm casas de veraneio neste lugar há mais tempo, puderam observar maiores mudanças nos aspectos físicos como, por exemplo, maior número de casas, as ocupações muito próximas à lagoa e a exploração desmedida do ecossistema. De forma unânime todos os moradores entrevistados, gostam de morar no bairro, quase todos descrevem o lugar como “paraíso”, um lugar que oferece qualidade de vida devido à tranquilidade, ao clima e a natureza do local.

Os moradores entrevistados que utilizam a pesca como atividade geradora de renda ou por lazer apontam os tempos de inverno como uma melhor estação, quando comparada ao verão, para a prática da atividade, pois rende mais produtos, e esta é menos praticada, inclusive por turistas que frequentam o bairro preferencialmente no verão. Embora seja no verão, a época do defeso³, sendo a pesca de rede proibida, a pesca de caniço é liberada o que atrai muitas pessoas para o bairro. De forma geral todos entrevistados possuem uma renda familiar que não está ligada aos recursos naturais do bairro, mesmo os que têm registro federal de pescadores profissionais. Os rendimentos da pesca entram no orçamento, geralmente como complementação da renda.

Os moradores do bairro vêm nos últimos anos, o poder público mais próximo da comunidade. Esta proximidade está sendo estabelecida pelos programas sociais como a Primeira Infância Melhor (PIM), programa do governo estadual que tem como objetivo atender em domicílio, através de visitadoras capacitadas, gestantes e crianças de até dois anos que não são atendidas nas creches municipais, visando o bom desenvolvimento das crianças desde a gestação até a primeira infância. Outra ligação do poder executivo e a comunidade são através dos projetos do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que tem dado apoio logístico a projetos municipais de turismo, sendo realizada em

³ Defeso: época de reprodução dos peixes, sendo proibida a pesca para revenda. Os pescadores registrados no Ministério da Pesca recebem um salário mínimo, por mês, neste período, que vai de dezembro a fevereiro.

2010 uma pesquisa: “Percepção dos estudantes e comunidade local sobre o meio ambiente que os cerca”, do Projeto de Turismo do Litoral Norte Gaúcho, com objetivo de subsidiar o SEBRAE e a Administração Municipal para as ações de sustentabilidade em turismo, com monitoramento constante desta atividade, minimizando os impactos negativos e maximizando os benefícios potenciais. Estes programas permitem entender melhor a realidade do cotidiano dos moradores do bairro. Porém o elo mais importante entre comunidade e o poder público é a “Associação de Moradores, Pescadores e Amigos de Figueirinhas”, que atua como ouvido da comunidade trazendo ao poder executivo principalmente os problemas ambientais do bairro. Sendo reconhecida na entrevista com representante do executivo municipal, quando afirma que:

“A associação de moradores pode ser um elemento de ajuda para construção e organização do espaço, pode ser o ouvido da comunidade e o elo com o poder público [...]” (Entrevista 8).

Ao serem questionados sobre necessidades de mudanças em alguns aspectos do bairro, os moradores que usam a lagoa somente no veraneio para banhos e recreação, buscam soluções para os problemas ligados a infra-estrutura do bairro, como transporte e saúde. Estes moradores também demonstraram indiferença quanto às questões ambientais, não conhecem as leis ambientais e acham que não é importante conhecê-las. Um dos entrevistados, morador do local, não integrante da Associação de moradores, diz na entrevista:

“A gente não ganha nada com isto, não me interessa participar da associação [...]” (Entrevista 6).

Já os moradores que estão envolvidos com a atividade pesqueira, sentem da falta de uma fiscalização para que todas as pessoas que praticam a atividade cumpram a legislação. Os poucos conhecimentos que tem sobre leis ambientais estão relacionadas com a pesca, explicam:

“A gente sabe que não pode pescar de rede de novembro à fevereiro, só de caniço, mas tem gente que vai de caniço para a lagoa e vem com dois baldes de vinte quilos cheio de peixe, isso também não tá certo [...]” (Entrevista 4).

Através destas falas é possível compreender a diferença entre os pensamentos das pessoas que estão envolvidas diretamente com o ecossistema local, ou seja, que dependem da natureza para seu sustento, através de atividades como a pesca, e as pessoas que não dependem diretamente do ecossistema para sua sobrevivência.

Mesmo existindo no bairro algumas pessoas que ainda não assumiram as preocupações ambientais, o interessante a destacar é que parte desta comunidade está consciente de seu papel na sociedade e disposta a se engajar na luta pela conservação do ecossistema local. Entendem que deles depende o futuro da localidade como território, e conseqüentemente como grupo social, essas pessoas trabalham para desenvolver ferramentas de multiplicação de respeito e conhecimento sobre limitações do ambiente frente às ações, muitas vezes degradantes, do homem.

Isso pode ser observado num depoimento que chamou a atenção, foi de um morador local, filho do primeiro pescador de Figueirinhas, ele tem plena consciência que o desenvolvimento de uma atividade extrativista como a pesca, necessita se adequar aos processos naturais de repovoamento das espécies, para que ele e todas as outras pessoas que utilizam a lagoa para pescar, possam deixar este legado para seus filhos, assim como o seu pai lhe deixou. Segue abaixo seu pensamento resumido sua fala aponta seu sentimento em relação as questões de preservação da vida neste lugar, pois afirma:

“Tenho consciência que os dez quilos de peixe que eu tiro hoje da lagoa, amanhã não vão estar lá. Se eu quiser continuar pescando, tenho que cuidar da lagoa. A natureza tem o tempo dela, eu tenho que respeitar isso [...]”. (Entrevista 1).

Atrelado ao comportamento destes atores sociais podemos trazer o conceito de desenvolvimento local, um processo endógeno de uma localidade ou agrupamento humano capaz de promover melhorias na sua condição socioeconômica e ao mesmo tempo assegurando a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999).

As organizações sociais contribuem para estabelecer uma via de comunicação e representação da sociedade junto ao poder público influenciando as tomadas de decisões e direcionado as políticas públicas. Sendo assim, a Associação tem papel fundamental na formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento local com aproveitamento do potencial humano e dos recursos naturais para a sua sustentabilidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir, sem finalizar o debate que envolve as necessidades desta região do país, posso inferir neste Trabalho de Conclusão de Curso do PLAGEDER, que os problemas ambientais do bairro Figueirinhas se estabeleceram em função da falta de planejamento na época de sua ocupação. Consequência de um modelo econômico “desenvolvimentista” voltado para a urbanização das cidades que se formavam na orla que não deram as comunidades, que de certa forma estavam fora deste foco, um planejamento adequado ao seu meio ambiente. E, por outro lado, as questões ambientais não faziam parte das políticas públicas locais, mesmo que já existisse legislação ambiental inclusive regulamentando as APPs, estas eram negligenciadas pela administração pública e empresas responsáveis pela urbanização.

A metodologia utilizada permitiu atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, visto que, através da análise documental nos foi permitido à identificação da legislação que regulamenta o Bairro Figueirinhas, assim como a pesquisa qualitativa permitiu entender as implicações inerentes a realidade dos moradores e suas relações com o ecossistema local.

São muitas as leis ambientais que tornam a localidade de Figueirinhas protegida, porém a realidade não condiz com a legalidade. Leis federais, estaduais e municipais já descritas anteriormente mostram isto, no entanto a principal delas é do ano de 1965, na segunda versão do Código Florestal que inclui a criação das APPs e, também enfatiza, que a proteção da natureza seria tarefa ou função executada de forma solidária entre o Estado e a sociedade. Contudo em 2000, através da Lei nº 9985, a referida lei, teve a sua conceituação legal definitivamente estabelecida.

Os atores sociais deste contexto estão tentando se adequar à legislação vigente seja por imposição do cumprimento das questões legais exigido pelo ministério público; exigência do cargo que ocupam; seja por iniciativa própria, ou seja, por entender a importância da conservação dos recursos naturais, como postura ética e filosofia; ou simplesmente, para se adequarem as práticas ligadas à natureza. O cumprimento das leis ambientais que protegem o ecossistema litorâneo, e, mais especificamente, a localidade de Figueirinhas, é um importante instrumento para a conservação de seu ecossistema. A comunidade também entende seu importante papel para construção de um modelo próprio de desenvolvimento local que atenda as suas reais necessidades de desenvolvimento e conservação ambiental.

O ecossistema local pode ser potencialidade e ao mesmo tempo limitador. As atividades desenvolvidas ali relacionadas aos recursos naturais da localidade como a pesca, o turismo sazonal e visitas esporádicas em função do belo cenário natural do bairro têm a legislação ambiental como limitador. Por outro, a exploração dos recursos naturais dentro dos limites da sustentabilidade pode ser potencialidade para alavancar a condição socioeconômica de seus atuais moradores e futuras gerações. Identifiquei durante a pesquisa um significativo grupo que defende os princípios da conservação ambiental, a Associação de Moradores. É através desta organização social que as práticas de conservação podem ser difundidas para os moradores do bairro que ainda resistem a incorporarem no seu dia a dia, ações que colaborem para o equilíbrio deste ecossistema, assim como, para os moradores do município que não residem em Figueirinhas.

Ao longo dessa pesquisa, surgiram muitos outros questionamentos relacionados ao comportamento sociocultural desta comunidade e, também, das questões ambientais e legais que ainda poderão em outro momento serem investigadas. Contudo, minha aprendizagem na convivência com seus moradores, a análise dos documentos e as possibilidades de se levar a sério as questões de um desenvolvimento sustentável me fizeram perceber, a partir os conceitos de desenvolvimento local e de sustentabilidade desenvolvidos neste TCC, o quanto são importantes as ações conjuntas de todos os atores sociais que buscam a conservação ambiental e cultural no Bairro Figueirinhas, assim como em todo o município de Balneário Pinhal e região litorânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável.** Trabalho apresentado no II Fórum Contag de Cooperação Técnica. São Luiz, 1998.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco,** UFRJ/IPPUR. 2002.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** 1997.

BRANCO, Samuel Murgel. **Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente.** Estudos Avançados 9 (23), 1995.

BUARQUE, Sérgio.C. **Metodologia de Planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília, 1999.

CONTRIM, Décio Souza e MIGUEL, Lovois de Andrade. **Análise Sistêmica de pesca artesanal em Tramandaí – RS.** Florianópolis, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A Construção da Etno-Conservação no Brasil:** o Desafio de Novos Conhecimentos e Novas Práticas Para a Conservação - PROCAM: Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental – USP, 2007.

FAISTAUER, Maria Cardoso. **Balneário Pinhal: suas raízes e caminhadas.** Porto Alegre, 2006.

FILEURY, Lorena C.; ALMEIDA, Jalcione. **Populações tradicionais e conservação ambiental:** uma contribuição da teoria social – Revista Brasileira de Agroecologia. 2(3):- 19, (2007).

GADOTII, Moacir. **AGENDA 21 E CARTA DA TERRA.** 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa,** 2007.

LITTLE, Paul E. **Os Conflitos Socioambientais:** um Campo de Estudo e de Ação Política. Estudos Avançados 9 (23), 1995.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. **A Proteção da Natureza no Brasil: Evolução e Conflitos de um Modelo em Construção** – Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano VI, nº 9, 2004.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. **Sustentabilidade, Democracia e Gestão Ambiental Urbana**. Porto Alegre, 2004.

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade – uma visão humanista** – Ambiente e Sociedade, Ano II, Nº 5, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Problemáticas Ambientais: Agenda Política, Espaço, Território, Classe Sócia**. 2005.

SANTOS, Milton. **A Questão do Meio Ambiente: Desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar**. 1995.

SILVA, Odaelson A. C.; CANDIDO, Gesinaldo A.. **Cooperação, desenvolvimento local e capital social como forma de promover uma nova realidade local: Uma experiência em Bananeiras**. 2006.

TABOSA, Francisco J. S.; TEIXEIRA, Keuler H.; SILVA, Denise M. F.; MADOLOZZO, Clóvis L.; MAYORGA, Mari I.. **Desenvolvimento Local e Capital Social: uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do Estado do Ceará**. 1988.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI** – Rio de Janeiro, 2008.

<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/#>, acesso em maio de 2011.

www.balneariopinhal.rs.gov.br, acessos em abril e maio de 2011.

www.ibge.gov.br/cidadesat/, acesso em maio de 2011.

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com representantes da Comunidade Figueirinhas,
Balneário Pinhal – RS.**

-Nome e Idade:

-Naturalidade/nacionalidade:

-Escolaridade?

-Quantas pessoas compõem a família?

***Direcionado aos moradores de Figueirinhas:**

- Há quanto tempo mora no bairro?

- Essa região mudou muito desde que veio morar aqui?

- Por que mora ali?

- Gosta de morar no bairro? Como é a vida aqui?

- Como é o inverno?

- Como é o veraneio?

- Qual a fonte de renda da família?

-Tem alguma atividade ligada ao meio ambiente que gera renda para a família?

- Acha que teria que mudar alguma coisa? O quê e por quê?

- Tem conhecimento sobre as leis ambientais que atuam aqui?

- Em caso afirmativo, o que sabe sobre elas e qual sua relação com as lagoas e as dunas daqui?

- As pessoas respeitam essas leis? O que pensa sobre isso?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com representantes da Administração Municipal de
Balneário Pinhal – RS.

- Tem algum plano de desenvolvimento para o Bairro Figueirinhas? Qual? Ele engloba os aspectos ambientais? Como?
- Quais as principais questões ambientais que incidem sobre o bairro Figueirinhas?
- Quais as medidas que a Prefeitura está tomando para minimizar estas questões?
- Como estão sendo aplicadas as leis ambientais no bairro Figueirinhas?
- A Prefeitura tem algum controle sobre a venda de terrenos e construção de novas moradias no bairro?
- De que maneira está se estabelecendo um diálogo entre a Prefeitura e as demandas da comunidade?

APÊNDICE C – Modelo do termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO**Trabalho de Conclusão de Curso**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “Etno-conservação no bairro Pontal das Figueiras/Figueirinhas, Balneário pinha – RS/tcc” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “Etno-conservação no bairro Ponal das Figueiras/figueirinhas, Balneário Pinhal – RS” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo geral “Compreender as potencialidades e limitações da conservação ambiental no processo de formação de um balneário em ecossistemas litorâneos. E objetivos específicos: Caracterizar o processo de ocupação e urbanização do Balneário Pinhal; identificar na legislação ambiental as leis em nível federal, estadual e municipal que protegem os ecossistemas litorâneos; e analisar a percepção da comunidade sobre as potencialidades e limitações da conservação dos ecossistemas litorâneos e a sua relação com as diretrizes da legislação ambiental”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Elisabeth Eccel Dornelles” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (cada um com a sua identificação)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Balneário Pinhal, ____/____/2011